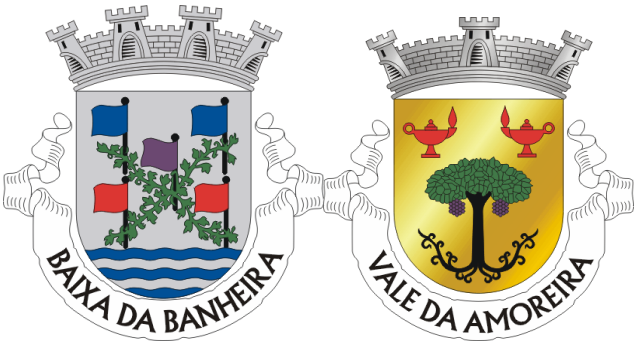


Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira

Concelho da Moita

28 de Abril de 2023

Ata n.º12

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Abril de dois mil e vinte e três, na vila da Baixa da Banheira, Rua Eduardo Mondlane n.º2, no Salão da Junta de Freguesia da Baixa Banheira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Aprovação de Atas n.º10 e n.º11

2 – Apreciação e Votação do Relatório de Contas de 2022

3 – Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental

4 – Verificação de conformidade sobre atribuição de Tempo Inteiro a Membro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

5 – Apreciação e Votação do Inventário

6 – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Patrícia Pires, Rodrigo Nascimento e Cíntia Guerra foram substituídos por Vitor Pessoa, Carlos Simões e Maria Leonor Silva, respetivamente. Já na bancada da CDU, Telma Rocha foi substituída por Vitor Barata. Houve ainda a substituição de Claúdia Jaime por Rachid Djaló, do MM.

No total, dos 19 membros eleitos, 18 estiveram presentes na reunião.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Doutor Paulo Alfama, deu início à sessão, interpelando o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, sendo a palavra pedida pelo senhor José Mestre Vieira.

Na sua intervenção, o freguês referiu a reparação de um cano de abastecimento de água, em frente à sua casa, onde afirma ter ficado um buraco durante seis meses após o conserto. Explica que a situação se teria voltado a repetir ao longo do cano de abastecimento. Diz

estranhar que tal ocorra, já que, nomeadamente o senhor Luís Cerqueira, atualmente, Tesoureiro do Executivo, questionaria o executivo da CDU, em mandatos anteriores, sobre situações semelhantes. Chama também a atenção para a manutenção dos espaços verdes, mostra à Assembleia algumas fotos das situações que referiu e ressalta ações do executivo anterior durante a pandemia.

O senhor Nicolau Furtado, membro do Executivo, pede a palavra e explica que alertou a Câmara Municipal sobre a situação do cano de abastecimento e que o referido sistema seria bastante antigo, com mais de 40 anos de instalação, e não teria tido a devida manutenção. Afirma que, até onde sabe, a Câmara teria os mesmos funcionários e que as situações levariam algum tempo a serem resolvidas, mas que seriam solucionadas. Explica que a situação em particular seria algo que só se resolveria definitivamente quando se conseguisse substituir o sistema por completo.

O senhor Nuno Cavaco, da bancada da CDU, pede para intervir, dizendo que afirmar que o sistema de canalização seria muito antigo seria um engano e dá como exemplo o depósito de água localizado no início do Parque Municipal Zeca Afonso, na Baixa da Banheira, que seria mais moderno e não teria sido construído há tanto tempo como o senhor Nicolau referiu, assim como haveria também condutas de água com dez e cinco anos apenas. Rebate ainda a afirmação de que os funcionários da Câmara seriam, de facto, os mesmos, porém, as esfias teriam sido quase todas trocadas. A seu ver, os serviços ter-se-iam degradado, já que os problemas tardariam mais a serem resolvidos. Termina, afirmando que dizer que é um problema com mais de 40 anos seria remeter à época da ditadura e que isso não faria sentido.

O senhor Nicolau, referindo-se ao último ponto salientado pelo senhor Nuno, explica que falar-se em "40 e tal anos", sendo que se vive em liberdade há 49 anos, estaria correto e pede, então, que o mesmo dissesse em que altura teria sido feita a manutenção no cano de abastecimento de água em frente à casa do senhor José Mestre Vieira.

O senhor Luís Cerqueira responde ao senhor José Mestre Vieira, explicando que o problema que o mesmo relatou seria competência da Câmara, sendo que a Junta informaria a mesma sobre a situação e "faria pressão" para que esta fosse resolvida. Tendo sido diretamente referido na intervenção do freguês, quis explicar que questionar o executivo em funções seria algo normal, como modo de fiscalizar a atividade do mesmo. Refere ainda que situações como buracos menores e áreas degradadas mais reduzidas, em

que a Junta pode atuar, são resolvidas com relativa rapidez, desde que sejam alertadas na aplicação da Junta desenvolvida para o efeito. Finaliza, ressaltando que o atual Executivo estaria a reparar buracos com anos de existência, herdados em mandatos anteriores.

Antes da Ordem de Trabalhos, houve um voto de pesar do MM, uma saudação do PS e uma declaração política, uma saudação, uma interpelação à Mesa e um voto de pesar da bancada da CDU.

Dado que as saudações entregues abordariam o mesmo tema, o Presidente da Mesa sugeriu que fossem discutidas em conjunto, o que foi aceite pela Assembleia.

Começando pelo voto de pesar do MM, lido pelo Presidente de Mesa:

Voto de Pesar pelo falecimento da Vasco de Figueiredo Quental

"Faleceu, no passado dia 15 de abril, Vasco Quental, o primeiro Presidente da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, um homem dotado de uma invulgar sensibilidade social, que ganhou o respeito e a admiração de todos os que com ele conviveram.

Vasco de Figueiredo Quental nasceu a 11 de agosto de 1932, em Angola. Chegou a Portugal em 1974, tendo escolhido o Vale da Amoreira como local de residência.

Assumia-se social-democrata, apesar do risco que isso constituía, no distrito de Setúbal, no pós-25 de Abril de 1974.

O Vale da Amoreira sofreu um elevado acréscimo populacional, ao albergar as pessoas oriundas das ex-colónias portuguesas, ganhando apenas nessa altura o seu carácter eminentemente urbano.

Face ao crescimento e desenvolvimento desta localidade, em 1988 foi-lhe atribuído o estatuto de freguesia.

A 21 de agosto de 1988, nas eleições autárquicas intercalares, o PSD sagrou-se vencedor e Vasco de Figueiredo Quental tornou-se o primeiro Presidente da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira.

Viviam-se tempos difíceis, já que estávamos perante uma população que havia deixado todas as conquistas de uma vida nas ex-colónias portuguesas, com o natural sentimento de revolta que tal implicava, e era necessário unir as pessoas.

Às dificuldades, Vasco de Figueiredo Quental respondeu com trabalho e dedicação. Concedeu esperança e alegria onde reinava o desespero e a angústia e, assim, conseguiu construir um sentimento de unidade na Freguesia do Vale da Amoreira.

Impelido por um espírito de missão, Vasco de Figueiredo Quental soube unir esforços e criar o futuro. Hoje, falamos da multiculturalidade da Freguesia do Vale da Amoreira como um dado adquirido, esquecendo que foi algo iniciado com o esforço, trabalho e dedicação do seu primeiro Presidente da Junta de Freguesia.

A Assembleia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida em sessão plenária, expressa o seu pesar pelo falecimento de Vasco de Figueiredo Quental, recordando a sua figura ímpar como cidadão e como autarca, e endereçando à sua família e amigos e as mais sentidas condolências.

Baixa da Banheira, 28 de abril de 2023

Os Eleitos da Coligação MERECEMOS MAIS"

O senhor Nuno Cavaco pede para comentar o voto de pesar, aproveitando a morada em que a reunião se estava a realizar (Rua Eduardo Mondlane n.º2) para citar quem lhe deu o nome: "Nós, em África, em qualquer país, lutamos pela liberdade e não estamos contra ninguém. Todos estão bem aqui desde que venham explorar os outros e que respeitem a independência e os direitos das pessoas.". Isto para explicar que, no seu entender, alguém que se assumisse social-democrata no distrito de Setúbal durante o pós-25 de Abril de 1974 não lhe traria represálias realmente.

Passou-se ao voto de pesar da CDU, apresentado pelo senhor Nuno Cavaco:

Voto de Pesar de Joaquim Pessoa

"Joaquim Pessoa viveu a sua infância e adolescência na Baixa da Banheira num pátio chamado "Pátio da Liberdade". Liberdade que era o nome de sua mãe. Tendo um pouco mais de posses que os restantes meninos que habitavam o seu lugar. Nunca se esqueceu que para jogar á bola, não só teria de trazer a bola, como de descaçar-se, por que descalços todos os outros meninos andavam.

Frequentou o Ginásio Atlético Clube num tempo de grande convulsão social, contribuindo para a sua formação social e política. Pessoa que até ao fim da sua vida,

esqueceu a terra da sua meninice, nem os seus valores operários e nem a perspetiva da necessária e justa transformação social.

O seu percurso veio a determinar que seria não só um dos maiores poetas portugueses de todos os tempos, como um poeta de Abril, Dando o melhor de si. Deu à sua terra o melhor que poderia: expressão à Liberdade.

Com obra poética extensa, as suas palavras perscrutaram e veicularam-no no nosso tempo. Um tempo que carregado de progresso, de futuro. Provavelmente, não tivesse havido nenhum vulto da literatura dos nossos tempos que nunca o tivesse lido ou até cantado.

Um de nós, tem o seu nome atribuído a uma rua na Baixa da Banheira.

Em 2015, a propósito dos 40 anos de atividade literária do poeta, a Câmara Municipal da Moita e a Editora Edições Esgotadas criaram o Prémio de Poesia Joaquim Pessoa, a destinado a distinguir uma obra inédita de poesia escrita em língua portuguesa.

Desejamos que a sua obra seja estudada, conhecida e divulgada, certos que esse seria também o seu profundo desejo.

A Assembleia de Freguesia de União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida a 28 de Abril de 2023, presta a sua sentida homenagem, de reconhecimento e apreço, a Joaquim Maria Pessoa."

Colocados à votação, ambos dos votos de pesar foram aprovados por unanimidade. Fez-se, então, um minuto de silêncio.

Passou-se às saudações, começando pela do PS, apresentada pela 1.ª Secretária da Mesa, Mariana Pinote:

Saudação aos trabalhadores nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio

"O trabalho e os trabalhadores tiveram a sua origem no momento em que o ser humano apareceu. Desde então, homens e mulheres têm lutado por melhores condições de trabalho, de forma a diminuir a exploração e as desigualdades, a fim de garantir uma existência digna.

Ao longo da história, a evolução civilizacional dos povos tem acompanhado alterações significativas no mundo laboral. As relações de trabalho entre patrões e trabalhadores têm

sofrido alterações ao nível da organização, do tempo de trabalho, do direito ao descanso, da realização pessoal e da progressão na carreira.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, as relações de trabalho constituem sempre uma tarefa inacabada. Continua a existir desigualdade, injustiça, incompreensão e falta de respeito por quem trabalha por conta de outrem.

No dia 1 de Maio de 2023, assinala-se o Dia do Trabalhador num contexto de tremendas dificuldades decorrentes de fatores exógenos. Uma guerra na Europa com contornos globais e uma inflação alimentada pela incerteza e especulação sobre os bens de primeira necessidade favorecem o protesto e dificultam o diálogo social.

Aqui chegados, importa relembrar os tempos vividos no pré 25 de abril de 1974. À data, Portugal vivia, entre 1969 e 1973, uma inflação galopante com base no choque petrolífero, que originou um aumento generalizado dos preços e um aumento do custo de vida, forçando o descontentamento de uma população com salários baixos.

A diferença é que greves e manifestações eram proibidas durante o Estado Novo e o Governo possuía o poder de destituição das direções sindicais. O descontentamento dos trabalhadores não era notícia de jornais e os próprios jornais eram alvo de censura se ousassem escrever mais do que lhes era permitido.

Apesar disso, em 1969, as greves eram uma realidade em Portugal e, apesar de ilegais, elas sucediam-se no período pré-revolução graças à ousadia e organização do poder sindical e à determinação dos trabalhadores. O direito à greve só viria a ser consagrado na Constituição da República Portuguesa a partir de 2 de Abril de 1976.

Assim, o 1.º de Maio e o 25 de Abril representam hoje, e acima de tudo, a afirmação de um progresso civilizacional, económico e social em Portugal e as comemorações em homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras fazem-se hoje em liberdade.

Mas um reconhecimento dos direitos laborais é uma conquista que, ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta contínua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso e pelas reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho. A par da melhoria dos salários, as reivindicações de hoje incidem no combate à precariedade, na valorização dos

jovens no mercado de trabalho, na conciliação da vida profissional e familiar e na dinamização da contratação coletiva e participação dos trabalhadores.

Não sendo um ponto de chegada, mas sim é um ponto de partida, a Agenda do Trabalho Digno, programa elaborado por um grupo de trabalho criado na Assembleia da República, que contou com a participação de representantes dos trabalhadores, representantes das confederações patronais e diversas personalidades da sociedade civil, dá início a um caminho de resposta às principais reivindicações dos trabalhadores.

As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram com a pandemia, levaram à criação de medidas, neste programa, que melhoram e equilibram as relações laborais, que dignificam e valorizam os trabalhadores e que criam condições para que o trabalho do futuro seja, de facto, um trabalho digno para todos.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, a Assembleia de Freguesia de União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida no dia 28 de Abril de 2023, em sessão ordinária, assinala a importância do 25 de Abril e do Dia do Trabalhador e delibera:

1) Saudar os trabalhadores portugueses, nomeadamente, os trabalhadores da UFBBVA, e ainda, particularmente, os trabalhadores municipais e de freguesia, o movimento sindical e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhorias das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses.

2) Saudar os trabalhadores que, por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

Mais se propõe a aprovação da presente moção em minuta, para imediata produção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social regionais e locais, bem como a publicação nos instrumentos da junta de freguesia disponíveis online.

Baixa da Banheira, 28 de Abril de 2023

Os eleitos do Partido Socialista”

Seguiu-se a saudação da CDU, apresentada pelo senhor Rogério Santos:

Saudação aos 49 anos do 25 de Abril de 1974

"Com o 25 de abril de 1974 conquistaram-se importantes direitos fundamentais para uma vida digna e livre. Trouxe-nos a esperança, a liberdade, a democracia, o fim da guerra colonial, o progresso social, o desenvolvimento e o fim do regime fascista. É essencial recordar os muitos homens e mulheres que dedicaram a sua vida a lutar contra o fascismo que, durante quase cinco décadas, negou direitos fundamentais, empobreceu, oprimiu perseguiu torturou, matou, condenou jovens à guerra colonial.

A Constituição da República Portuguesa resultante de abril, estabeleceu um novo regime assente num sistema político democrático e constitucional. Pela primeira vez na história do nosso país, foram reconhecidos ao povo português o direito universal à saúde gratuita, tornado possível com a criação do Serviço Nacional de Saúde.

Foi também criado o Sistema Público de Segurança Social que, para além de apoiar os cidadãos no desemprego, na velhice e na invalidez, procura assegurar a igualdade de oportunidades, o bem-estar e a coesão social.

Foi igualmente consagrado o direito à educação para além de apoiar os cidadãos no desemprego, na velhice e na invalidez, procura assegurar a igualdade de oportunidades, o bem-estar e a coesão social.

Foi igualmente consagrado o direito à educação para todos, independentemente das suas origens e condições socioeconómicas.

A revolução do 25 de abril garantiu também o direito ao usufruto e criação cultural, social, desportiva e associativa, consagrou o direito ao trabalho digno, instituiu o direito á igualdade, ao salário mínimo nacional, a férias pagas, entre tantos outros. Permitiu o Acesso à justiça, ao poder local democrático e ao ambiente; consagrou o direito de expressão e manifestação, o direito de grave e de atividade sindical.

Com tudo isto, a revolução de abril de 74 constituiu a base para o considerável desenvolvimento e melhoria de vida que se verificou posteriormente em Portugal.

Contudo, apesar de sucessivas políticas públicas e de todo o investimento executado por via do Orçamento de Estado e de Fundos Europeus, temos assistido, em variados momentos da nossa história, ao longo de 49 anos de democracia, a uma degradação de

alguns destes direitos conquistados com 25 de abril e inscritos na Constituição da República.

Ao longo de quase 50 anos de democracia, apesar de muitos avanços e conquistas e contrariamente ao espírito progressista que fundou aos princípios da universalidade, solidariedade e igualdade, ainda não foi possível evitar que mais dois milhões de portugueses vivam no limitar da pobreza, sem acesso a uma digna.

Não se conseguiu evitar situações de degradação do Serviço Nacional de Saúde, nem garantir a sustentabilidade do Sistema Público de Segurança Social. Não se conseguiu evitar a instabilidade na Educação, com dezenas de milhares de alunos sem aulas por falta de professores, a insatisfação por parte dos estudantes, professores e trabalhadores não docentes; uma classe docente envelhecida, desmotivada e desvalorizada ao longo de várias décadas.

A Revolução de Abril permitiu aos trabalhadores celebrar em Portugal o feriado do 1º de Maio em liberdade, assinalando a luta pioneira dos operários de Chicago e também celebrar a luta passada e presente de todos os trabalhadores no mundo e, especialmente, dos trabalhadores que continuam a pugnar por um trabalho não precário e digno, por melhores condições de vida, por pensões e salários justos, pela valorização e qualificação do trabalho e pela possibilidade de conciliação do mesmo com a sua vida privada e familiar.

Por tudo isto, mais do que assinalar a Revolução de Abril, é importante assumir-se o compromisso de cumprir abril, defendendo todos os dias os seus princípios e valores, pugnando pelo direito dos povos à autodeterminação, à paz, à justiça, à fraternidade e a todos os direitos e princípios inscritos na lei fundamental do país.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira delibera:

- Saudar o 49.º Aniversário da Revolução de Abril

- Saudar a participação da população do Concelho da Moita nas comemorações do 25 de Abril e apelar à sua participação no 1º de Maio;

- Saudar todas as práticas e políticas públicas que promovam os princípios da universalidade, da solidariedade e da igualde.

Baixa da Banheira, 28/4/2023

Os eleitos da CDU”

O senhor Nuno Cavaco informa que a bancada da CDU iria votar favoravelmente em ambas as saudações apresentadas e sugere que todas as moções e saudações, sendo aprovadas, fossem devidamente divulgadas, sem ter de se colocar tal indicação por escrito. Aponta a existência de normas na legislação laboral em que a CDU está em desacordo. Sobre os conflitos armados, afirma que a CDU condena a invasão da Rússia à Ucrânia, mas relembra que há mais guerras e conflitos que ocorreram ou ainda ocorrerem no resto do mundo, como na Etiópia, no Iémen e Haiti, entre outros países. Realça que se deve falar mais de paz e menos de guerra.

O Presidente de Mesa também declarou que votaria a favor de ambas as saudações e deu o seu parecer, afirmando que “há que cumprir Abril todos os dias”, expressando-se e aderindo a greves quando se achar que se deve, quando algo ocorre e não se concorda, dando o exemplo da carga fiscal praticada em Portugal.

Passou-se à votação das saudações, sendo ambas aprovadas por unanimidade.

A bancada da CDU fez uma interpelação à Mesa, apresentada pelo senhor Nuno Cavaco, em que explica que é obrigatório haver relatórios de avaliação do direito à oposição, sendo estes apurados em Março e entregues de imediato ao representante do direito à oposição, sendo estes os partidos políticos, algo que afirma não ter sido feito. Sugere, então, que o relatório seja apresentado numa próxima reunião, para que a avaliação seja feita.

A Senhora Presidente da Junta pede a palavra, aproveitando para, primeiramente, relembrar a importância do 25 de Abril e realçando o facto de já se ter vivido mais tempo em liberdade do que em ditadura. Explica que foi um lapso o relatório não ter sido entregue, diz que a situação vai ser resolvida e agradece a chamada de atenção.

Seguiu-se para a declaração política da bancada da CDU, apresentada pelo senhor Jorge Silva:

Declaração Política

“Um cumprimento especial a toda a população que está a assistir em direto através das redes sociais e os presentes à nossa Assembleia de Freguesia UFBBVA, à Mesa na representação do seu Presidente e seus eleitos presentes.

Decidi, depois de refletir bastante e de recolher os documentos necessários contabilísticos, para repor a verdade, transparência fundada no princípio do n.º2 e 1, art. 37.º CRP, direito à honra do bom nome e da reputação do Presidente e respetivo executivo da CDU durante o mandato 2009 a 2013, que foram e são absolutamente inaceitáveis as afirmações da bancada do PS, na Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia realizada no dia 5 de Dezembro com um único ponto de ordem de trabalho Discussão e votação da proposta da CDU para a implementação da Aplicação do Regime Jurídico da Criação, Modificação e Extinção de Freguesias no âmbito da Lei 39/21 de 24 de Junho, que demonstraram, mais uma vez, a hipocrisia política em desviar o debate da desagregação das duas freguesias, para um assunto irrelevante, de forma a justificarem o seu voto contra a separação da Freguesia da Baixa da Banheira e da Freguesia do Vale da Amoreira.

Ao fim de 9 anos da extinção da freguesia do Vale da Amoreira, as bancadas do PS lamentavelmente trouxeram para discussão, sem bases de fundamentação, levantar dúvidas sobre o destino que levaram os 50 mil euros da venda das antigas instalações.

Como sabemos, é apanágio do Partido Socialista deste conselho ter problemas patológicos com a verdade, e, mais uma vez, na Assembleia Extraordinária de Dezembro, os eleitos do PS surpreenderam pela desfaçatez sem limites na desonestidade intelectual durante o debate político, que vale tudo para desviarem as atenções e justificarem o seu descrédito perante a população da fraude eleitoral iminente que fizeram aos Fregueses das duas freguesias Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, traindo-os, não cumprirem as promessas feitas durante a campanha eleitoral, que o primeiro passo a fazer seria a reposição das duas freguesias Vila da Baixa da Banheira.

É claro, promessas leva-as o vento. Os atos ficam para quem o faz. Aqui, ao contrário os seus eleitos do PS aliados ao PSD votaram contra a referida Assembleia extraordinária.

Cito com grande dignidade que o princípio ético e político dos eleitos da CDU é trabalho, competência, honestidade intelectual política, que durante o exercício de gestão do seu mandato tiveram e têm sempre a reputação de transparência nos seus atos de gestão, acautelando sempre o interesse público em prol da população e da sua freguesia estejam no executivo ou na oposição.

Lamento a falta criteriosa do executivo, lançar esta calúnia grave, consultando unicamente os documentos da sua venda, e não se preocupar procurar os documentos que justificassem o destino do valor em causa.

É claro, a justificação existia, mas não lhes era conveniente no momento, e, que fique esclarecido definitivamente que o valor dos 50 mil euros, foi incluído na 1.ª Revisão Orçamental de 2013, da transição do saldo da conta de gerência do ano transato 2012, no de 58 223,01 euros, cuja receita dos 50 mil euros eram efetivamente para ser aplicados na construção das novas instalações das oficinas da Junta.

Recordo da bancada do PS, eleitos da vossa força política de então, votaram a favor da 1.ª Revisão Orçamental, e tendo sido aprovada por unanimidade, com os votos a favor de todas as bancadas presentes.

A deliberação do executivo teve em conta, que em Outubro a freguesia era extinta, razões pela qual o executivo avaliou, decidiu e deliberou bem aplicar todo o saldo existente na primeira revisão orçamental realizada na Assembleia de Freguesia de Abril de 2013, no reforço rubricas do orçamento de 2013, a fim de colmatar e satisfazer necessidades mais permanentes da Freguesia.

A título exemplo, cito a construção de raiz do parque infantil e simultaneamente requalificação do edificado das Instalações do Cava e os respetivos polidesportivos, mobiliário urbano dos espaços públicos, etc… etc…, convida aos eleitos do PS para analisar esta revisão e faça uma reflexão, como fazer um planeamento estruturado, utilizando os dinheiros públicos, rentabilizando-os ao serviço da população e da freguesia.

Caros eleitos, o Vale da Amoreira enquanto Freguesia, durante 25 anos demonstrou a sua capacidade de gestão como freguesia autónoma, sem dívidas. Mesmo gerida com poucas receitas, mas sempre assumindo os seus compromissos e com obra feita.

Pelo já citado, acresce que, em defesa da honra dos visados, em tudo o que nos distingue a CDU, das demais forças políticas, e os eleitos do PS desta Assembleia e o respetivo executivo. Peçam desculpa ao Presidente de então e aos membros do executivo. Seja publicada na página da Junta de Freguesia o devido esclarecimento, o anexo do documento da primeira revisão orçamental e, simultaneamente, dar conhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Moita, para que a mesma seja lida aos

deputados municipais, assim como remetê-la igualmente ao Senhor Presidente da Câmara, para analisar e refletir e passar a ter mais consciência, responsabilidade e o respeito pelos seus Munícipes, não utilizando ofensas morais de bota abaixo, com afirmações infundadas. Mas que lhe sirva de exemplo, para ser mais ponderado, reagir em consciência, só assim demonstrará a sua maturidade política e confiança do povo.

Relembro também ao Senhor Presidente que é o Presidente de todos os munícipes do nosso conselho, independentemente da sua ideologia política. Somos todos nós que pagamos os impostos para serem aplicados no desenvolvimento do concelho da Moita.

Ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, peço que faça as suas démarches que foram solicitadas na declaração política.

Assembleia de Freguesia UFBBVA, em 28 de abril 2023.

O Eleito da CDU e Ex-Presidente da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira de três mandatos e meio consecutivos.

Jorge Silva"

Deu-se início à Ordem de Trabalhos, com o ponto 1, Aprovação de Atas n.º10 e n.º11.

O senhor Rogério Santos pedia a palavra para dizer que entende que não se pode transcrever todas as discussões em ata, mas afirma que as intervenções por parte da bancada da CDU estariam demasiado resumidas, em comparação às restantes forças políticas, correndo-se o risco de perderem o sentido. Também chamou a atenção para a necessidade de alguns membros da bancada da CDU obterem a documentação em papel.

O senhor Miguel Jorge, do PS, começa por realçar a melhoria na elaboração das atas e diz ser notório o esforço em tentar incluir o máximo das intervenções possível. Contudo, detetou alguns lapsos e gralhas nas suas intervenções e sinaliza que a declaração de voto que apresenta na ata n.º10 mostrou-se muito resumida em comparação a outras da bancada da CDU.

O senhor Nuno Cavaco reforça o que o senhor Rogério disse anteriormente em relação à síntese elaborada das intervenções dos membros da bancada da CDU, afirmando que as do PS estariam mais extensas, discordando do senhor Miguel. Realça também que não

acha necessário comparar o trabalho na elaboração das atas anteriores com o atual como forma de elogio.

Passando à votação das atas, ambas foram aprovadas por unanimidade.

Seguiu-se ao ponto 2, Apreciação e Votação do Relatório de Contas de 2022, apresentado pelo Senhor Tesoureiro de Executivo, Luís Cerqueira, e pela Senhora Tesoureira Especialista, Paula Batalha.

O senhor Rogério Santos pede a palavra para questionar o porquê de o valor atribuído à Associação de Festas estar a zeros num documento e noutro a mesma rubrica ter um valor de 52 mil e 835 euros e questiona esse mesmo valor, tendo em conta que o Plano de Atividades para 2022 teriam sido projetados cerca de 20 mil euros para esse efeito. Afirma que, como a CDU teria alertado, os contratos CEI+ tornaram-se evidentes, considerando-os uma forma de contratação precária através do Centro de Emprego. Pergunta em que rubricas se encontram os combustores comunitários, o sistema de bicicletas e trotinetes, a iniciativa "Desenvolver o Nosso Pátio", a identificação de espécies da fauna e da flora, os cinzeiros e os pastilheiros, a requalificação do Parque Zeca Afonso, o reforço dos bebedouros, a requalificação e valorização do património, as "Férias Jovens" da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira e a Semana da Juventude. Questiona ainda quais as associações de solidariedade social que tiveram, ao todo, um apoio de 6000€. Finaliza, explicando que fez todas as questões para que tanto a bancada da CDU como o público que vê pelas redes sociais ou está presente na reunião perceba como é aplicado o dinheiro público.

O senhor Luís Cerqueira responde às questões, começando por confirmar que o valor para a Associação de Festas inicialmente não seria o que foi atribuído e explicando que, não tendo informação disponível na sua posse, o Executivo não teria noção de quanto dinheiro seria realmente necessário, mas que acabou por ser atribuído um valor semelhante aos das festas realizando anteriormente. Em relação aos contratos do CEI+, discorda que promovam a precariedade e afirma que seriam projetos de inclusão e, atualmente, existiram três funcionários da Junta que teriam sido contratados, inicialmente, dessa forma. Diz ser um projeto que auxilia pessoas a entrarem no mercado de trabalho e que têm a possibilidade de entrar para os quadros da Junta, relembrando que haveria, inclusivamente, concursos a decorrer para vagas de emprego na mesma. Relativamente os elementos em falta nas rubricas, afirma serem projetos que ainda não foram iniciados,

explicando que o Executivo teve como prioridade terminar o ano de 2022 com uma reorganização e modernização do trabalho da Junta em vários aspetos. No imediato, o Executivo tem como prioridade as escolas e o espaço público. Informou que as IPSS apoiadas teriam sido a Associação dos Bombeiros Voluntários da Moita, o CRIVA e o CRIBB.

O senhor Rogério Santos, em nome da bancada da CDU, manifesta o seu desagrado pelas respostas dadas pois afirma que, com um saldo transitado no valor de 98 mil euros, significariam que haveria várias rubricas que teriam ficado aquém do valor que poderiam somar e pioraria juntando o facto da Junta ter mais trabalhadores. Conclui, dizendo que o Executivo não executou o que teria projetado para 2022.

O senhor Luís Cerqueira explica que o valor transitado seria sempre utilizado no presente ano de 2023, reforça o facto de 2022 ter sido um ano de reorganização e esclarece que a contratação pública se teria tornado muito mais exigente, tendo que, muitas vezes, recorrer-se a serviços externos. Realçou a necessidade de investimento para atualizar várias ferramentas de trabalho dos funcionários da Junta, em especial, a substituição de aparelhos informáticos com mais de 15 anos, e que afirma que fez a diferença na otimização das tarefas. Outro obstáculo teria sido a inflação, que aumentou o preço dos materiais para as obras e o seu respetivo transporte. Afirma ainda que, antes de se iniciar o trabalho, teria de se dar as condições necessários aos trabalhadores. Esses e outros contratempos explicariam a demora em cumprir os projetos mencionados anteriormente.

O senhor Nuno Cavaco pede a palavra para esclarecer que os dados relativos aos valores das festas teriam sido entregues. Explica que a Comissão de Festas teria de prestar contas e que o senhor Luís Cerqueira teria garantido que isso iria acontecer, o que acabou por não se verificar. Questiona também a razão da referida associação não ter sócios. Chama a atenção para o facto de a discussão ser referente ao ano anterior e que, a seu ver, seria nesse mesmo ano que os projetos seriam realizados. Realçando a importância do Movimento Associativo, afirma que este poderá estar posto em causa devido os processos e aos apoios, que, na sua opinião, seriam poucos e explica que há quem expresse à CDU essas mesmas preocupações. Diz que, com o anterior executivo, haveria mais apoio ao Movimento Associativo e, comparativamente, menos às Festas, enquanto o atual faria o contrário. Elogia os funcionários da Junta, com quem trabalhou durante o mandato anterior, mas acha injusto dizer que os mesmos só com o atual Executivo teriam as devidas condições de trabalho.

O senhor Abílio Marcos, membro do Executivo, quis esclarecer que são necessários critérios para a política do apoio ao Movimento Associativo, relembrando que esse apoio é feito com dinheiro público. As associações têm de demostrar atividade, estar em contacto com a Junta de Freguesia e ter iniciativa própria para pedir ajuda, o que seria o caso de várias associações que têm os seus pedidos atendidos. Explica que de nada serviria ir ter com o antigo executivo se não contactam a Junta, que pode realmente ajudar. Finaliza, relembrando que a Junta de Freguesia não serviria apenas de suporte financeiro para as associações e que estas devem tentar ser autónomas e sustentáveis.

O senhor Luís Cerqueira esclarece que tem teria de prestar contas seria, na verdade, a Comissão de Festas e que a mesma é que deveria ser questionada sobre o que alguém teria de fazer para ser sócio. Ao tentar explicar que o apoio dado às Festas foi sempre maior em relação ao apoio do Movimento Associativo, estaria a ser interrompido pelo senhor Nuno sistematicamente. Explica a dificuldade para conseguir montar um parque infantil na Vale da Amoreira, devido às razões anteriormente mencionadas.

O senhor Rogério Santos quis finalizar a intenção da bancada da CDU, dizendo que cada força política faz a gestão que crê ser a melhor e esclarece que, no mandato anterior, também haveria critérios para prestar apoio às associações, com a referida documentação. Já com a atual gestão, parece que tal não teria sido apresentada. Contrapõe o senhor Abílio Marcos, explicando que a gestão anterior reunia com todas as associações, independentemente de realizarem ou não atividades, procurando mesmo aquelas que não pediam ajuda. Menciona a explicação dada pela Executivo relativamente aos projetos prometidos, salientando que há mais tendência a obter serviços externos.

O senhor Jorge Silva usa da palavra, começa por dizer que conhece bem as dificuldades que o Movimento Associativo enfrenta no dia a dia. Dificuldades essas que teriam sido agravadas com a pandemia e com a atual conjuntura económica. Frisa que o trabalho voluntário dos dirigentes e sócios é essencial para o funcionamento das associações, bem como o apoio concedido pela Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Afirma que o dinheiro público deve ser aplicado para estes fins, porque as associações, em múltiplos aspetos, teriam a capacidade de substituir o Estado, por exemplo, na educação das crianças. Reconhece que é necessário ser rigoroso com o dinheiro público, mas também é necessário ir ao encontro dos dirigentes, perceber quais as suas dificuldades e o que necessitam. É importantíssimo existirem parcerias coesas entre as partes.

Em seguida, intervém o senhor Anastácio Santana, membro do Executivo, dizendo que ele enquanto membro de algumas associações, concorda com a posição do senhor Jorge, que acha ótimo que as associações trabalhem umas com as outras. Recorda o PIVA, associação da qual fez parte, que acabou porque as pessoas não tinham vontade de partilhar um espaço. A ideia seria dividir e não açambarcar.

O senhor Abílio Marco defende que o diálogo com o Movimento Associativo tem sido tranquilo e acontece com muito regularidade, sendo que ainda existiria muita coisa para fazer e melhorar. No entanto, se as associações contactarem a Junta, mostrar o seu plano de atividades e dificuldades apresentadas, será mais fácil a Junta conseguir trabalhar com elas.

O senhor Emílio Brazão, da bancada da CDU, intervém para mostrar o seu desagrado relativamente à não construção do Centro Comunitário para o Vale da Amoreira, que se enquadrava num projeto de luta contra a pobreza, acusando o PS de ter um problema com a Associação Cabo Verdiana. Esse projeto teria sido negado à Associação Cabo Verdiana e atribuído ao CRIVA.

A Senhora Secretária do Executivo, Cátia Nunes, faz um esclarecimento em relação à Associação Cabo Verdiana, afirmando que a Junta tem continuado a ajudar a mesma da mesma forma que o anterior executivo fazia, dando o exemplo da cantina.

O senhor Luís Cerqueira discorda da posição da CDU de que o atual Executivo não "apresentaria obra", pois teria sido feito um grande investimento, principalmente nas escolas. Nestas, o valor teria sido de 20 mil euros e o restante noutras obras na freguesia. Finaliza a sua intervenção comparando o dinheiro investido pelo atual Executivo e pelo anterior.

A senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias, recorda que a adoção de um regulamento administrativo não é um processo simples, sendo necessário cumprir várias fases que constam do Código do Procedimento Administrativo - CPA. Um regulamento normativo vai à Assembleia de Freguesia, mas não cumpre todos os requisitos e procedimentos que fazem parte do CPA. Relativamente ao Regulamento em questão (sobre o Movimento Associativo), já teriam sido realizadas várias reuniões com os interessados, para que as suas opiniões fossem ouvidas. Sobre o apoio às associações, o documento em debate explana apenas os apoios diretos e dá alguns exemplos, como o Centro de Atletismo, ao qual foram oferecidos os troféus que são dados nas suas provas, e a cedência da carrinha

para algumas associações. Isto tratar-se-iam de apoios indiretos, que não aparecem direitamente no documento em questão. Acrescenta que a Junta tem consciência das dificuldades que o Movimento Associativo atravessa, mas que a verdade é que, atualmente, o movimento já não é o mesmo que há 20 ou 30 anos. No ano transato, foi solicitado às associações, que pediam ajuda financeira, a apresentação do plano de atividades e um orçamento, para que se pudesse avaliar o impacto dessas atividades e que valor a Junta poderia atribuir.

Terminada a discussão, o documento foi colocado à votação, sendo aprovado com 10 votos a favor, do PS, BE e MM, e 8 abstenções, da bancada da CDU.

A bancada da CDU apresentou uma declaração de voto, lida por Nuno Cavaco:

Declaração de voto - Relatório e Contas 2022 – União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

"A CDU não contesta a prestação de contas agora apresentada.

A abstenção será o voto da bancada da CDU.

Consideramos que:

1 – O aumento significativo da receita não foi acompanhado com o aumento de obra visível ou do aumento das iniciativas realizadas;

2 – A baixa execução do plano, a mais baixa dos últimos 40 anos, demonstra o não cumprimento das promessas feitas e do que foi previsto. As Grandes Opções do Plano e o que foi anunciado como o orçamento por que todos ansiavam, porque iria resolver muitos problemas, para além de não terem sido executados e de não terem resolvido nenhum problema, não mereceram do executivo PS/PSD justificações;

3 – O PS e o PSD não encontraram o ponto de equilíbrio entre a receita crescente, o investimento que as freguesias precisam e o rigor na realização de despesa apregoado, antes não cumpriram com o que prometeram.

4 – A grande maioria das promessas não foi cumprida. Não temos mais nenhum parque infantil na freguesia do Vale da Amoreira, não temos semana da juventude, não temos quase nada do que foi prometido. Temos apenas promessas por cumprir e as desculpas do costume, desculpas que são um passar de culpas para a gestão anterior que era mais próxima, mais ativa e que apresentava muito mais trabalho;

5 – Assistimos também ao "acabar" de projetos essenciais para a população, da ação social à cultura, do desporto ao ambiente, destacamos o fim do Projeto EcoLar ou a redução em 60% das noites de Blues. Temos também mais de 70% do apoio atribuído a coletividades apenas a uma associação, associação cujos órgãos sociais não se conhecem, que não teve eleições e muito menos apresentação de contas, havendo muitas que não são apoiadas há um ano e meio e outras, como o MDM, excluídas do trabalho que faziam há anos. Nesta terra 90% das iniciativas eram feitas por coletividades, não as apoiar significa acabar com muita coisa boa que aqui se fazia. Esta falta de apoio às coletividades e a falta de critério deste executivo nas atribuições e apoio prestado têm prejudicado gravemente a terra e a população.

6 – O elevado saldo do exercício, sem ocorrências ou acontecimentos extraordinários que o justifiquem, inquieta os eleitos da CDU que todos os dias ouvem a população a reivindicar obras e investimentos e as coletividades e associações a solicitarem mais apoio e atenção; O dinheiro que sobrou significa trabalho que não foi feito e sobrou muito dinheiro.

7 – Passados 1 ano e 6 meses de governação PS/PSD os serviços públicos nas freguesias estão piores, há menos atividade, pelo que consideramos estes 18 meses como perdidos e muito difíceis de recuperar;

8 – A apresentação de contas com muitas rubricas a 0 levanta-nos
muitas dúvidas. Damos o exemplo do apoio às festas e consideramos que este apoio deve ser esclarecido uma vez que as contas não foram apresentadas publicamente pela Associação, tal como era hábito em todas as outras edições;

Em suma, estas contas demonstram incapacidade de execução por parte do executivo, inabilidade em cumprir com as promessas feitas e a uma gestão autárquica que não zelou pelos interesses da população, não resolvendo, nem solucionando os problemas e necessidades da mesma. Ao mesmo tempo a total incapacidade na gestão dos próprios recursos, a priorização da propaganda política e a precariedade laboral são sinais preocupantes de quem esgotou o que melhor sabe fazer.

Assistimos também ao desrespeito pelo estatuto da oposição, por parte desta gestão que divulga decisões pelos jornais e ignora decisões da assembleia de freguesia. Este ano nem a avaliação do mesmo foi feito, o que se traduz numa ilegalidade inaceitável e um atropelo à democracia. Ao não respeitar a oposição o executivo PS/PSD desrespeita a população.

É com grande tristeza e sentimento de impunidade que todos nós temos assistido ao abandono e despreocupação para com as necessidades diárias e qualidade de vida desta autarquia, com a consequente e crescente degradação do espaço público.

Os representantes da CDU cumprindo com as suas obrigações e assumindo de forma responsável as funções para as quais foram eleitos no órgão fiscalizador da Junta de

Freguesia, consideram preocupantes os resultados agora apresentados por esta gestão, optando pela abstenção porque não duvidamos da seriedade de quem apresenta as contas, mas sim dos resultados do seu trabalho.

Os eleitos da CDU
28 de abril de 2023, Baixa da Banheira"

O PS também apresentou uma declaração de voto, lida por Miguel Jorge:

Declaração de Voto

"O Relatório e Contas de 2022 que estamos agora a apreciar reporta-se à atividade da junta de freguesia num ano em que, pela primeira vez, o Partido Socialista assumiu a responsabilidade da gestão da freguesia.

Foi um ano com muito trabalho e dedicação de modo a honrar o mandato dado pela população nas últimas eleições autárquicas. 2022 representou uma nova forma de gerir a autarquia. Partindo de um diagnóstico efetuado por uma empresa externa com a colaboração de trabalhadores e executivo, foi possível definir um plano de ação para a adoção de novos procedimentos abrindo caminho à modernização de processos administrativos, permitindo melhorar o serviço prestado à população. É um processo de melhoria contínua e que não se esgotou no trabalho de um ano.

Foram efetuados investimentos ao nível das instalações da junta, melhorando o conforto e as condições de trabalho dos funcionários, como por exemplo, substituição da iluminação por uma mais eficiente de LED, aquisição de equipamentos de ar condicionado, pintura de paredes, entre outras medidas;

Reforçou-se a aposta na capacitação dos trabalhadores através da frequência de diversas ações de formação, adoção de uma nova aplicação informática a qual permite melhorar a gestão e o fluxo documental, tornando os processos mais eficientes e, simultaneamente, poupando recursos;

Valorizou-se o percurso e a dedicação dos trabalhadores, através da atribuição de medalhas de mérito de bons serviços;

Efetuou-se uma candidatura a qual foi aprovada inserida nas Operações Integradas em Comunidades em ação na Área Metropolitana de Lisboa" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a qual irá permitir desenvolver um projeto de intervenção social em

parceria com diversas entidades do território – Centro de Desenvolvimento Social e Comunitário "EntreNós"

A inovação, através da disponibilização da aplicação "A minha rua" a qual permite aos fregueses facilitar a comunicação de ocorrências colaborando de forma ativa na melhoria do espaço público, que é de todos;

Foi valorizado o associativismo da nossa terra com um acompanhamento de proximidade por parte do executivo, dando resposta às múltiplas necessidades, apoiando as suas iniciativas quer através de apoio logístico, mas também financeiro e estando presente nas diversas iniciativas que foram promovidas;

Também neste âmbito foi comemorado o Dia do Associativismo onde se reuniram as associações das mais diversas áreas de atuação para festejar e valorizar o seu papel na nossa comunidade;

No âmbito da comunidade escolar foi igualmente muito o trabalho desenvolvido, destacando-se:

As muitas intervenções efetuadas nas escolas básicas de 1.º ciclo pelos trabalhadores da autarquia e a intervenção de fundo nas escolas n.º 3 e n.º4;

Reuniões periódicas com as coordenadoras das escolas básicas para articulação e resolução de diversas situações;

A comemoração do Dia da Criança;

A iniciativa do cachecol de Natal solidário;

O teatro de Natal disponibilizado aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo;

A adoção de um sistema de comunicação de ocorrências, suportado na aplicação "A minha rua" o qual permite um tratamento mais eficaz das intervenções/reparações nas escolas;

Comemoração do Dia da Mulher com ofertas às trabalhadoras das Escolas Básicas de 1º ciclo e das IPSS;

O apoio à cultura, através do apoio ao BB Blues Fest promovido pela Associação BB Blues Portugal ou as marchas populares organizadas pelo

UDC Banheirense;

As atividades económicas, através da realização de diversos mercados e feiras de artesanato; e ações de promoção do comércio local, como por exemplo, a iniciativa "O melhor presente de Natal está no comércio local".

A organização do Mercado de Natal "A nossa terra Natal" a qual trouxe uma grande dinâmica num período festivo, trazendo a população para a rua;

As festas populares da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira que possibilitaram, após um período de contenção de contactos devido à pandemia, um festejo com muita alegria e animação por parte da população da nossa terra, mas também de muitas pessoas que nos visitaram nestes dias;

Foi muito o trabalho desenvolvido para além das atividades mencionadas e temos humildade de reconhecer que muito ainda há para fazer!

Concluindo, este é um documento que é o reflexo de um trabalho permanente, de um compromisso dos autarcas do PS com os banheirenses e amoreirenses, com a ambição de, em conjunto com a população, comunidade educativa, agentes económicos, associações e coletividades, todos…construirmos e afirmarmos que "A nossa terra tem futuro!"."

Terminado o ponto, o senhor Rachid Djaló precisou de abandonar a reunião, passando a haver 17 membros presentes na Assembleia.

Devido ao adiantar da hora, avançou-se para o ponto 4, Verificação de conformidade sobre atribuição de Tempo Inteiro a Membro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, apresentado pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

O senhor Jorge Silva pediu a palavra e declarou o seguinte:

"Sobre o documento referente à verificação na atribuição a tempo inteiro para um vogal do executivo, a bancada da CDU aponta os seguintes considerandos:

1 – Sobre a proposta é legal, está em conformidade com base na lei, que permite ao executivo no âmbito das suas competências de gestão deliberar para o efeito.

2 – Pese embora a bancada da CDU não estar de acordo, como já tinha assumido numa proposta idêntica.

O porquê – A CDU aplicaria sim, os cerca 42 mil euros, é sair das receitas próprias do orçamento da junta, nas carências de espaços públicos, no mobiliário urbano, recuperação dos polidesportivos, calçada, pinturas de muretas, aplicação em parques infantis, colocação de equipamentos de manutenção, na escolas e no apoio social às crianças mais carenciadas, ao Movimento Associativo e em eventos culturais como desfile do Carnaval, que era um ponto alto da comunidade educativa da nossa freguesia, e que acabou abruptamente, etc.

3 – A CDU lamenta a congruência deste documento abstrato não está explícito quais dos vogais vai ficar a tempo inteiro, a falta de um parecer orgânico por parte do executivo onde esclarece das razões que levaram a deliberar se colocar mais um vogal em regime de permanência ativa inteiro, e o que acresce de mais-valia no exercício específico das suas funções que vai exercer.

4 – No mesmo contexto, a população desconhece completamente os vogais do executivo que estão em regime a tempo inteiro;

5 – Pelas razões já citadas, a CDU deixa uma recomendação ao Executivo que, de futuro, olhe para a Assembleia de Freguesia como o órgão de fiscalização do executivo, respeitando, informando atempadamente das decisões de gestão, que têm impacto financeiro e justificado através de um memorando dessa deliberação.

A Bancada da CDU

AF - 28/4/2023”

Regressou-se ao ponto 3, Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental, apresentado pelo Senhor Tesoureiro de Executivo.

O senhor Nuno Cavaco pediu a palavra para informar que a bancada da CDU não teria mais nada a acrescentar e que se iriam abster.

Colocado à votação, o documento foi aprovado com 9 votos a favor, do PS e BE, e 8 abstenções, da bancada da CDU.

Os restantes pontos passaram para a sessão seguinte, agendada para o dia 3 de Maio de 2023, pelas 21 horas, no Salão da Junta da Baixa da Banheira.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 01 horas e 00 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.ª Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente: Paulo Ricardo Alfama Pinto

1.ªSecretária: Mariana Sofia Marques Pinote